

3



O surgimento dos costumes da sociedade comercial e as paixões do trabalho

Pedro Vianna da Costa e Faria

Do ponto de vista contemporâneo, Hume é lido e lembrado primordialmente como um filósofo. A maior parte da pesquisa acadêmica sobre Hume é dedicada às obras filosóficas *Tratado da Natureza Humana*, *Investigação sobre o entendimento humano*, *Investigação sobre os princípios da moral*, *Diálogos sobre a religião natural* e a alguns ensaios, como “Do padrão do gosto”. Poucos pesquisadores se dedicam ao estudo dos *Ensaio Morais*, *Políticos e Literários* ou a *História da Inglaterra*, justamente aqueles que deram a Hume a fama literária, o objeto da sua “paixão predominante”. Entre os textos pouco comentados constam os *Discursos Políticos*, um conjunto de doze ensaios publicados em 1752 e posteriormente anexados aos *Ensaio*. Antes da *História da Inglaterra*, essa foi a publicação mais bem sucedida de Hume, recebendo pronta tradução para o francês e duas edições nos dois anos seguintes a sua publicação.

1 A economia política de Hume como o surgimento de um conjunto de costumes

A falta de atenção dada aos escritos econômicos de Hume ocorre mesmo entre os economistas. Nesse domínio, Hume é citado ocasionalmente como o pai da teoria quantitativa da moeda e do mecanismo de equilíbrio do balanço de pagamentos. Essas menções, no entanto, fazem referência a alguns poucos parágrafos dos *Discursos* e dificilmente tratam o texto com a devida seriedade (a aula do prêmio Nobel de economia, Robert Lucas Jr., na cerimônia de entrega do prêmio em 1996, é o exemplo mais notório). Mesmo entre os historiadores do pensamento econômico, o pensamento de Hume é relegado às sombras de *A Riqueza das Nações* (1776), de seu amigo Adam Smith, sendo colocado num limbo entre as categorias do mercantilismo que o precede e da economia política clássica que começa com Smith.

Felizmente, essa tendência ao esquecimento tem sido revertida nas duas últimas décadas. Os comentadores recentes dos ensaios de economia política de Hume têm enfatizado o conceito de costumes (“*manners*”) na estruturação dos argumentos dos ensaios¹: os dois primeiros ensaios dos *Discursos Políticos*, “Do comércio” e “Do refinamento das artes”, estabelecem um conjunto de costumes compostos pelo “elo indissolúvel” entre “indústria, conhecimento e humanidade” característica central de uma sociedade comercial; a partir desse sistema de costumes, os demais ensaios analisam não apenas quais são seus efeitos sobre diversas questões econômicas (sobre a taxa de juros ou a quantidade de moeda, por exemplo), mas também a relação inversa, isto é, o efeito de variáveis econômicas sobre a evolução dos costumes (de que maneira o uso de moeda afeta os costumes, por exemplo).

Essa perspectiva interpretativa recente contrasta – mas não é contrária – com a única tentativa significativa anterior de analisar os ensaios de economia política à luz da obra filosófica de Hume, feita por Eugene Rotwein em 1955: Rotwein divide o pensamento econômico de Hume em três níveis de análise (Rotwein, 2007, xxiv), a saber, a psicologia econômica, apresentada principalmente nos dois ensaios mencionados acima, a economia política propriamente dita e a filosofia econômica. A psicologia econômica seria o momento em que a economia política se conecta com a obra filosófica de Hume por meio dos princípios da natureza humana, principalmente aqueles descritos no livro 2 do *Tratado*. Apesar de Rotwein enfatizar o aspecto histórico dos textos econômicos de Hume (Rotwein, 2007, xvi), o tipo de história que ele tem em mente é a história natural, como aquela da *História natural da religião*: uma exposição “[d]aqueles grandes movimentos históricos que, sob condições específicas, poderíamos esperar que ocorressem” (Rotwein, 2007, xxii). Nesse tipo de história, as mudanças nos hábitos, costumes e maneiras são mostradas como “os efeitos normais de diferentes circunstâncias operando [...] na intensidade e na direção das paixões” (Rotwein, 2007, xxiii).

Apesar de reconhecer a importância da *mudança* na economia política humeana, Rotwein não percebe que, mesmo que os princípios da natureza humana sejam os mesmos, os indivíduos que passam pela mudança que ocorre na transição para uma sociedade comercial terminam o processo com paixões bastante diferentes daquelas que predominavam no seu início. O argumento central do texto é mostrar que, após a introdução do hábito de trabalho industrioso, há uma mudança significativa nas paixões predominantes dos indivíduos, mudando até mesmo a

forma como as pessoas percebem a própria atividade econômica.

O que sugiro nesse texto me parece próximo ao que Annette Baier (1991), Michael Gill (2000) ou Lorraine Besser-Jones (2006) afirmam acerca da justiça: o motivo que leva as pessoas a entrar na convenção que estabelece a propriedade não é o mesmo motivo que as leva a *manter* a convenção após sua criação.² Nos *Discursos políticos*, entendo que a narrativa se desenvolve de maneira parecida: as paixões que levam as pessoas a adotar o conjunto de costumes que se torna característico da sociedade comercial não são exatamente as mesmas que sustentam esses costumes, uma vez que eles tenham se tornado predominantes. Contudo, um argumento completo nessa direção exigiria mais tempo e espaço. No que segue, concentro-me apenas no primeiro passo da mudança descrita por Hume: a introdução do primeiro elemento do elo indissolúvel que caracteriza a sociedade comercial. Para isso, utilizo a relação desenvolvida por Rotwein entre a psicologia econômica dos *Discursos* e as seções 2, 3, 4, 5 e 10 do *Tratado* para esclarecer *de que maneira* os costumes da sociedade comercial surgem, segundo a narrativa desenvolvida especialmente no primeiro ensaio dos *Discursos políticos*, e por que Hume os considerava como “o curso mais natural e usual das coisas” (E 259).

2 O surgimento dos costumes da sociedade comercial

Dentre as três virtudes citadas anteriormente que caracterizam a sociedade comercial, a virtude da indústria, isto é, o hábito de trabalho diligente, inteligente e aplicado, é aquela que induz as outras duas, como nos informa Tatsuya Sakamoto (2003, 95). No ensaio sobre o luxo (“Do Refinamento das Artes”), Hume apresenta um segundo momento, em que

conhecimento e humanidade influenciam a indústria, gerando o que Sakamoto chama de “*knowledge-producing pattern of industrial development*” e “*knowledge-produced pattern of industrial development*”,³ mas aqui me limito ao primeiro momento. Para entender como esse hábito de trabalho industrioso surge, podemos recorrer ao primeiro parágrafo da seção 2.3.4 do *Tratado*, que trata das causas das paixões violentas, e à seção seguinte, que trata dos efeitos do costume.

O primeiro parágrafo da seção 2.3.4 apresenta uma distinção entre paixões calmas e violentas, e entre paixões fortes e fracas. Uma paixão forte pode ser calma e uma paixão fraca pode ser violenta. A partir dessas duas distinções, Hume faz algumas recomendações sobre como “governar um homem:

Apesar disso, o certo é que, se queremos governar um homem e induzi-lo a praticar uma ação, geralmente a melhor estratégia é trabalhar as paixões violentas em vez das calmas, e dominá-lo antes por sua inclinação que por aquilo que vulgarmente se chama sua *razão*. Devemos dispor os objetos em situações que sejam apropriadas para aumentar a violência da paixão. Pois entendemos que tudo depende da situação do objeto, e que qualquer variação nesse ponto particular será capaz de transformar as paixões calmas em violentas e vice-versa. (T 2.3.4.1)

Podemos extrair desse parágrafo três recomendações distintas:

1) que as paixões não nos influenciam em proporção a sua violência, mas pelo fato de serem um “princípio de ação estabelecido”. Os princípios se estabelecem pelo costume, como ele nos informa em seguida;

2) que, se quisermos “governar um homem” e induzi-lo a uma ação, devemos “trabalhar as paixões violentas em vez das calmas”; e

3) que devemos “dominá-lo antes por sua inclinação que por aquilo que vulgarmente se chama sua *razão*”.

A seção 2.3.5 apresenta dois efeitos originais do costume: ele “confere uma *facilidade* para realizar uma ação ou conceber um objeto” e, posteriormente, “uma *tendência* ou *inclinação* a fazê-lo” (T 2.3.5.1). A facilidade se contrapõe à novidade: a última é fonte de admiração, surpresa e prazer, pois agita os espíritos, mas também pode aumentar a dor. A facilidade, que se introduz na medida em que a novidade se dissipa, é “uma fonte infalível de prazer, quando não ultrapassa um certo grau” (T 2.3.5.3). “O prazer da facilidade”, continua Hume, “não consiste tanto em uma fermentação dos espíritos animais quanto em seu movimento ordenado” (T 2.3.5.3). E, ao contrário da novidade, a facilidade não aumenta as dores e pode até mesmo transformar uma dor em prazer.

Não devemos, no entanto, afirmar que a facilidade aumenta o prazer de todas as ações. Quando a facilidade é muito grande, ela pode tornar “as ações mentais tão fracas e lânguidas que não são mais capazes de afetar e ocupar a mente” (T 2.3.5.4). Esse efeito ocorre com aquelas ações e objetos que são acompanhados de alguma emoção ou afeto que são destruídos pela repetição: “o belo sexo, a música, a boa mesa” são os exemplos que Hume tem em mente (retornaremos a esses exemplos mais adiante).

O que faz com que o costume aumente ou diminua o prazer das ações é a mesma coisa que faz com que ele gere uma tendência ou não a essas ações, isto é, a distinção entre hábitos ativos e passivos: a facilidade que surge com a repe-

tição enfraquece os hábitos passivos, pois torna “o movimento dos espíritos animais mais fraco e lânguido” (T 2.3.5.5), enquanto fortalece os hábitos ativos, pois, nesse caso, os espíritos animais são capazes de se manter a si mesmos.

De que maneira os dois trechos que ressaltar contribuem para o entendimento do surgimento dos costumes da sociedade comercial? Hume discute essa questão no primeiro ensaio dos *Discursos políticos*, intitulado “Do comércio”. Nesse ensaio, ele sustenta a proposição de que a grandeza do soberano e a felicidade dos súditos são inseparáveis no que diz respeito ao comércio. O argumento é estabelecido pela comparação entre uma sociedade onde as manufaturas não existem e outra onde elas são abundantes. No primeiro caso, os trabalhadores da terra só produzirão o que é necessário para manter a eles e aos seus senhores, pois não há nada que eles possam adquirir com o excedente criado pelo aumento de sua habilidade e de sua indústria. Dessa forma, “[o] costume da indolência prevalece assim naturalmente. A maior parte da terra permanece não-cultivada. E a terra que é cultivada não explora todo o potencial da habilidade e da capacidade dos agricultores” (E 408). Caso o soberano deseje promover um esforço de guerra, ele não poderá contar com muitas pessoas a seu serviço: não é possível aumentar a habilidade e a indústria dos agricultores de uma vez e, como a produtividade é baixa, os trabalhadores que continuarem no campo não conseguirão produzir alimentos suficientes para o país e para o exército. Há uma oposição entre o sucesso do esforço de guerra e a felicidade dos súditos, isto é, sua abundância material.

No segundo caso, onde há manufaturas, ocorre o contrário:

Quando as manufaturas e as artes mecânicas são abundantes em uma nação, os proprietários de terra, bem como os agricultores, estudam a agricultura como uma ciência, e redobram a sua diligência (*industry*) e atenção. O excedente que deriva de seu trabalho não se perde; ele é trocado por produtos com outros fabricantes, produtos que a cobiça humana faz serem agora desejados. Dessa forma, a terra satisfaz a um número muito maior de necessidades da vida do que as que simplesmente afetam aqueles que a cultivam. (E 409)

O excedente produzido serve aos prazeres em tempos de paz, mas pode servir ao público em tempos de emergência. Diante de uma necessidade pública, o soberano institui um imposto, que obriga as pessoas a reduzir o consumo dos bens mais supérfluos. Os trabalhadores que se encontravam empregados na produção desses bens tornam-se desempregados e podem ser alocados nas forças armadas ou mesmo na agricultura, para prover a subsistência do exército. Nessa situação, mesmo que a possibilidade de consumir produtos manufaturados seja retirada, os trabalhadores continuarão a produzir o excedente necessário, pois agora estão habituados ao trabalho industrioso:

É um método violento e, na maioria dos casos, impraticável, obrigar o trabalhador a labutar para extrair da terra mais do que o necessário para mantê-lo e à sua família. Mas se lhe oferecerem em troca de seu trabalho produtos e artigos manufaturados, ele o fará voluntariamente. Então será fácil confiscar parte de seu trabalho para o benefício público, sem dar-lhe o retorno usual. Estando acostumado ao trabalho industrioso, ele julgará isso menos perverso do que se, de um momento para o outro, fosse obrigado a trabalhar mais sem qualquer recompensa. (E 410)

No entanto, como surgem as manufaturas locais? “Se consultarmos a história”, diz Hume, “observaremos que, na maioria das nações, o comércio exterior antecedeu o desenvolvimento das manufaturas domésticas e deu origem aos luxos locais”, pois as manufaturas estrangeiras encontram-se prontas para o uso e se apresentam como uma novidade, além de permitirem possibilidades de lucros muito maiores. Pelo comércio exterior

os homens se familiarizam com os prazeres do *luxo* e com os *lucros* do comércio; e a sua *sensibilidade* e *indústria*, uma vez despertadas, os levam a novos aprimoramentos, em todos os ramos do comércio, tanto o doméstico quanto o exterior. E talvez essa seja a principal vantagem que resulta do comércio com estrangeiros. Ele afasta a indolência dos homens; e, ao proporcionar à parcela mais opulenta da população artigos de luxo, com os quais ela nunca tinha sonhado, desperta nela o desejo de um estilo de vida mais esplêndido do que aquele desfrutado por seus ancestrais. (E 412).

Os artigos de luxo e manufaturas estrangeiros são um elemento realmente importante para Hume. Retomando a ambiguidade do termo “indústria” que notamos acima, além de despertar a indústria dos indivíduos – o comércio exterior é fonte de desenvolvimento industrial, como Hume afirma no ensaio sobre a balança comercial:

Mas vou mais longe, ao observar que, quando se preserva uma comunicação aberta entre as nações, é impossível que a indústria doméstica de cada uma não receba um estímulo do desenvolvimento das outras. Compare a situação da GRÃ-BRETA-NHA no presente com a de dois séculos atrás. Tanto a agricultura quanto as manufaturas eram então extremamente toscas e imperfeitas. Cada melhoria que fizemos desde aquela época surgiu da nossa imitação dos estrangeiros. (E 494)

Até mesmo na *História da Inglaterra*, a introdução de manufaturas de luxo via comércio exterior assume um papel importante, dessa vez na mudança do balanço de poderes da constituição inglesa:

Os hábitos luxuosos dissiparam as imensas fortunas dos antigos barões; e, como as novas formas de gastar proviam a subsistência de manufatores e mercadores, que viviam independentemente, a partir dos frutos de sua própria indústria, um nobre, ao invés do controle, que tendia a manter sobre aqueles que mantinha à sua mesa, ou sobre os que viviam dos salários pagos por ele, mantinha apenas aquela influência moderada, que os clientes têm sobre os comerciantes, e que nunca é perigosa para o governo civil. Também os proprietários de terra, tendo uma maior demanda por dinheiro que por homens, buscaram direcionar suas terras para o uso mais lucrativo, e seja cercando seus campos, ou transformando muitas fazendas pequenas em poucas fazendas maiores, dispensaram os empregados inutilizados, que anteriormente estavam sempre à sua disposição em toda tentativa de subverter o governo ou de se opor a um barão vizinho. Por todos esses meios, as cidades cresceram; a classe média dos homens começou a se enriquecer e ganhar poder; o príncipe, que era, efetivamente, o mesmo que a lei, era implicitamente obedecido; e apesar de, mais à frente, o progresso dessas mesmas causas ter criado um novo plano de liberdade, fundado no privilégio dos comuns, ainda assim, no intervalo entre a queda dos nobres e o surgimento desse novo plano, o soberano tirou vantagem da presente situação, e assumiu uma autoridade quase absoluta. (H IV, 384, tradução nossa).

Portanto, se olharmos para a narrativa que Hume desenvolve, podemos notar diversos aspectos apresentados nas duas seções do *Tratado* que abordamos anteriormente: na situação inicial, sem manufaturas, prevalece um hábito

de indolência; para tirar os trabalhadores desse hábito e induzi-los à ação é necessário apresentar-lhes objetos que excitam paixões violentas – função cumprida pelas manufaturas. Em seguida notamos que as manufaturas se desenvolvem a partir do comércio exterior: as manufaturas de luxo importados, além da capacidade de despertar desejo, típica dos produtos manufaturados, contam também com o fator “novidade” que aumenta o prazer que eles despertam. Mesmo que, momentaneamente, os produtos manufaturados sejam retirados devido a um esforço de guerra, vimos que os trabalhadores continuarão a trabalhar industriosa-mente, pois o trabalho industrial constitui agora um hábito ao qual eles estão acostumados – a indústria torna-se um princípio de ação estabelecido, isto é, uma paixão calma ou uma inclinação. O trabalho, que antes se apresentava como uma atividade desprazerosa a ser evitada, agora é pelo menos tolerável.

3 O hábito de trabalho industrial

Resta, porém, uma explicação a ser apresentada. Vimos que o hábito de trabalho industrial parece ser um hábito capaz de se sustentar por conta própria, mesmo na ausência daquilo que o motivou inicialmente; ele parece, portanto, um hábito ativo. Como explicamos o fato de ele ser um hábito ativo?

Eugene Rotwein recorre a uma analogia entre a curiosidade (a paixão que impulsiona a busca pelo conhecimento), discutida na última seção do livro 2 do *Tratado* (T 2.3.10), e a atividade econômica.⁴ Hume reconhece duas circunstâncias necessárias para que a busca pelo conhecimento seja prazerosa: primeiro, que a descoberta de uma verdade envolva o uso da inteligência e nos apresente

alguma dificuldade e, mesmo que não a tenhamos descoberto, ela deve exigir alguma dificuldade para ser entendida: “Nunca valorizamos o que é fácil e óbvio; e até o que é em si mesmo difícil, se chegamos a conhecê-lo sem dificuldade e sem um esforço de pensamento ou juízo, é pouco considerado” (T 2.3.10.3). A segunda circunstância é que a verdade que perseguimos apresente alguma utilidade ou importância (T 2.3.10.4). Hume questiona se não temos aqui uma contradição: muitos filósofos “consumiram seu tempo, destruíram sua saúde e desprezaram sua riqueza” na busca por conhecimento útil e importante, mas eles não parecem ser dotados de qualquer “espírito público”. A importância da verdade é necessária não “porque essa importância traga uma adição considerável para nossa satisfação, mas somente porque é, em alguma medida, necessária para fixar nossa atenção” (T 2.3.10.6) – como ele reafirma, “o prazer do estudo consiste especialmente na ação da mente e no exercício da inteligência e do entendimento” (T 2.3.10.6).

O prazer obtido na busca pelo conhecimento é, portanto, produzido pela atividade mesma, pela simples ação da mente. No entanto, mesmo que, inicialmente, a utilidade ou importância da verdade seja apenas “instrumental” em relação ao prazer obtido pela busca, o sucesso da busca acaba ganhando alguma importância como fonte de prazer em si mesmo. Esse fenômeno pode ser generalizado para outras atividades:

quando a mente busca um fim com paixão, mesmo que essa paixão não derive originalmente do fim, mas apenas da ação e da busca, adquirimos, graças ao curso natural dos afetos, um interesse pelo próprio fim, e sentimos um desconforto se nossa busca fracassa. Isso se deve à relação e à direção paralela das paixões, de que falamos anteriormente. (T 2.3.10.7).

Como transitamos da busca pelo conhecimento para a atividade econômica? Inicialmente, o próprio Hume nos oferece uma pista indireta: após expor a origem do prazer obtido na busca pelo conhecimento, Hume a compara à caça e aos jogos. Na caça, parece óbvio que a fonte do prazer está “na ação da mente e do corpo; no movimento, na atenção, na dificuldade e na incerteza” (T 2.3.5.8), mas ninguém caça corvos ou gralhas, pois esses não são próprios para a mesa. O mesmo ocorre com o jogo: certamente as pessoas não jogam pela possibilidade de ganhar dinheiro, pois há empregos mais lucrativos para o tempo e, no jogo, ainda se pode perder dinheiro; mas se retirarmos as apostas, os jogadores logo perdem o interesse pela atividade. Em ambos os casos, o prazer está na atividade em si e a recompensa atua inicialmente apenas na fixação da atenção. Porém, ela acaba adquirindo uma importância no prazer como símbolo do sucesso: ficamos felizes de voltar para casa com vários faisões ou de ganhar algum dinheiro no jogo, ainda que pudéssemos obter as mesmas recompensas de outra forma mais eficiente. Estas duas atividades – a caça e o jogo – são equiparadas aos negócios em sua capacidade de nos fazer “esquecer de nós mesmos e resgatar nossos espíritos animais” na seção intitulada “Do amor por parentes e amigos”, do livro 2 do *Tratado*:

Aqueles que se comprazem em lançar invectivas contra a natureza humana observaram que o homem é inteiramente incapaz de bastar a si mesmo, e que, se desfizemos todos os laços que mantém com os objetos externos, ele imediatamente mergulhará na mais profunda melancolia e desespero. É por isso, dizem eles, que estamos continuamente à procura de diversão, seja no jogo, na caça, ou nos negócios; por meio dessas atividades, tentamos esquecer de nós mesmos e resgatar nossos espíritos animais daquele torpor em que caem quando não são mantidos por alguma emoção enérgica e vivaz. (T 2.2.4.4).5

No entanto, podemos fazer uma analogia direta entre a atividade econômica e a busca pelo conhecimento. Em dois momentos dos *Discursos*, Hume nos oferece uma explicação da origem do prazer da atividade econômica. No ensaio sobre o luxo, “Do Refinamento das Artes”, Hume nos dá uma concepção da felicidade, composta de “ação, prazer e indolência” (E 421).⁶ A ação figura como o elemento principal e Hume descreve seu efeito da seguinte maneira:

Aquela rápida marcha dos espíritos, que entusiasma um homem e lhe traz satisfação, no fim das contas esgota a mente e requer um intervalo de repouso, que, embora seja agradável por um momento, se for prolongado, transforma-se em langor e letargia, e toda a alegria assim se perde. A educação, o costume e o exemplo exercem uma influência poderosa ao direcionarem o espírito em suas buscas; e deve-se reconhecer que, quando eles promovem o impulso para a ação e o prazer, são favoráveis à felicidade humana. Em períodos de florescimento do trabalho (industry) e das artes, os homens estão permanentemente ocupados e desfrutam, como recompensa, dessa ocupação em si, além dos prazeres que são fruto do seu trabalho. A mente adquire um novo vigor; aumenta seus poderes e faculdades; e, pela assiduidade no trabalho (industry) honesto, satisfaz seus apetites naturais e previne o crescimento de apetites viciosos, que normalmente florescem num ambiente de ócio e tranquilidade. (E 421, itálicos nossos)

Nesse trecho, é bastante claro que, quando existe um hábito de trabalho industrioso, introduzido por uma mudança nos costumes e na educação, os homens desfrutam do prazer do próprio trabalho e também da recompensa que ele produz. Se as manufaturas de luxo foram necessários para tirar os homens da indolência, uma vez que o hábito está estabelecido, o próprio trabalho é fonte de prazer.

O segundo trecho que apresento, do ensaio sobre os juro, reforça a capacidade do hábito de trabalho industrioso de sustentar a si mesmo:

Não existe desejo ou demanda do espírito humano mais constante e insaciável que aquela por exercício e ocupação; e este desejo parece ser o fundamento de todas as nossas paixões e projetos. Prive um homem de todos os seus negócios e ocupações sérias e ele saltará incansavelmente de uma diversão para outra; e o peso da opressão que o ócio provoca nele é tão grande que ele se esquece da ruína que necessariamente decorrerá dessa dissipação. Dê-lhe um modo menos maléfico de empregar sua mente e seu corpo e ele ficará satisfeito, sem sentir mais aquela sede insaciável por prazer. Mas, se o emprego que você lhe der for lucrativo, especialmente se o lucro estiver diretamente relacionado com cada exercício particular de sua indústria, ele o terá tão frequentemente diante de seus olhos, que gradualmente desenvolverá uma paixão por este trabalho, e não conhecerá prazer maior que o de ver o crescimento diário de sua fortuna. (E 460)

Os “negócios e ocupações sérias” suprem nossa demanda por exercício e ocupação, nosso desejo por “aquela rápida marcha dos espíritos”, como coloca o trecho citado anteriormente. Além do prazer obtido pela ação mesma, aos poucos o homem industrioso adquire prazer na recompensa do seu trabalho e sente prazer em ver sua fortuna crescer. Hume contrapõe o trabalho e o prazer produzido por ele com a opressão do ócio: na ausência de um hábito de trabalho que seja prazeroso, os homens saltam de uma diversão para outra, mas esses prazeres são insustentáveis, nos cansamos de um e somos obrigados a procurar outros. Podemos dizer que os prazeres são hábitos passivos: na seção sobre o costume Hume coloca exatamente o belo sexo, a música e a boa mesa

como prazeres que não resistem à repetição e ao costume; esses prazeres só são interessantes quando intercalados com a ação proporcionada pelo trabalho – a felicidade é composta de ação, prazer e indolência e nenhum dos três se sustenta sozinho.

4 Conclusão

Resumindo a comparação entre os *Discursos* e as três seções do *Tratado*: vimos que o trabalho industrial, inicialmente, não é um hábito ou inclinação. É necessário atrair os homens por meio de uma paixão violenta, no caso, aquela produzida pelo luxo. Uma vez em que os homens são atraídos para o trabalho, eles aos poucos formam um hábito ou uma inclinação na mente para esta atividade. Quando esse hábito está estabelecido, os soberanos podem tomar os homens pelas suas inclinações e não mais atraí-los por meio de uma paixão violenta. Vimos que, mesmo na ausência do objeto que causa a paixão violenta inicial, o hábito de trabalho industrial, uma vez introduzido, sustenta a si mesmo. Ele é capaz disso porque fornece aos homens uma agitação dos espíritos, o elemento crucial dos hábitos ativos; essa agitação não é aquela das paixões violentas produzidas pela diversão, mas uma paixão de certa maneira constante, que se renova a todo o momento. Por fim, vimos que os homens passam, aos poucos, a obter prazer também na recompensa do hábito de trabalho industrial, a riqueza e os prazeres que ela pode comandar, que simbolizam o sucesso da empreitada – da mesma forma como na busca pelo conhecimento, na caça e nos jogos.

Comparando a situação de uma sociedade comercial, com aquela que prevalecia nas cidades-estado gregas, Hume declara que a primeira representa o curso mais natural e

usual das coisas: os homens antigos eram motivados pelo espírito público e pelo *amor patriae* porque viviam sob um conjunto de circunstâncias muito específico:

Eram estados livres; eram pequenos em território; e, vivendo numa época de guerra, todos os seus vizinhos viviam em armas. A liberdade origina naturalmente um espírito público, especialmente em estados pequenos; e esse espírito público, esse *amor patriae*, tende a crescer quando o povo está num estado de alarme quase contínuo, e os homens são obrigados, a todo momento, a se expor aos maiores perigos para se defender. Uma sucessão contínua de guerras faz de todo cidadão um soldado. (E 406)

Essas circunstâncias são não-usuais ou não-naturais; nas situações “naturais” ou mais comuns, os costumes da sociedade comercial provam ser mais adequados para acomodar os desejos dos súditos e dos soberanos, pois fazem uso de paixões que sustentam a si mesmas e não dependem de um conjunto muito específico de circunstâncias.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, S. Hume acerca da vida e da felicidade. *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 1, 1994.
- BAIER, A. *A Progress of Sentiments: Reflections on Hume's Treatise*. Cambridge, EUA: Cambridge University Press, 1991.
- BERRY, C. J. *Social Theory of the Scottish Enlightenment*. Edimburgo, UK: University of Edinburgh Press, 1997.
- BERRY, C. J. Hume and the Customary Causes of Industry, Knowledge, and Humanity. *History of Political Economy*, v. 2, n. 38, 291-317, 2006.

- BERRY, C. J. Hume's Universalism: The Science of Man and the Anthropological Point of View. *British Journal for the History of Philosophy*, v. 15, n. 3, 2007.
- BESSER-JONES, L. (2006). The Role of Justice in Hume's Theory of Psychological Development. *Hume Studies*, v. 32, n. 2, Novembro.
- CAFFENTZIS, C. G. Hume, Money, and Civilization; or Why Was Hume a Metallist?. *Hume Studies*, v. 27, n. 2, Novembro, 301-335, 2001.
- GILL, M. Hume's Progressive View of Human Nature. *Hume Studies*, v. 26, n. 1, 2000.
- HUME, D. *History of England*. Indianapolis, EUA: Liberty Fund, 1983. |H|
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Editora Unesp, 2001. |T|
- HUME, D. *Ensaio Morais, Políticos & Literários*. Ed.: Eugene F. Miller. Tradução de Luciano Trigo. Topbooks, 2004. |E|
- HUME, D. *Ensaio políticos*. Tradução de Pedro Pimenta. Org. Knud Haakonssen. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004. |EHU|, |EPM|
- IMMERWAHR, J. Hume's Essays on Happiness. *Hume Studies*, v. 15, n. 2, 307-324, 1989.
- NORTON, D. F. e NORTON, M. J. (2007). Editors' Annotations. In: HUME, D. *A Treatise on Human Nature*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007.
- ROTWEIN, E. Introduction. In: HUME, D. *Economic Writings*. Transaction Publishers. ([1955] 2007)
- SAKAMOTO, T. Hume's Political Economy as a system of manners. In: SAKAMOTO, T. e TANAKA, H. *The rise of Political Economy in the Scottish Enlightenment*. Londres: Routledge, 2003.

WENNERLIND, C. David Hume's Political Philosophy: A Theory of Commercial Modernization. *Hume Studies*, v. 28, n. 2, 247-270, 2002.

Notas

- 1 Caffentzis (2001), Wennerlind (2002), Sakamoto (2003) e Berry (2006), por exemplo.
- 2 Não cabe discutir aqui se a mudança nos motivos reflete uma mudança na natureza humana, como propõe Gill. Interessa-me apenas afirmar que há uma mudança significativa nas paixões que caracterizam os costumes de uma sociedade. Para uma posição contrária a de Gill, ver Berry (2007).
- 3 A palavra indústria gera, tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa, uma ambiguidade entre a indústria como uma virtude (uma pessoa industriosa) e a produção industrial. Parece-me que, no primeiro momento distinguido por Sakamoto, Hume se refere principalmente à virtude da indústria. No segundo momento a referência é mais ambígua. No exemplo citado por Sakamoto (E 415) para o segundo momento, Hume parece se referir à produção industrial.
- 4 Provavelmente Hume não consideraria o trabalho em uma fábrica, característico da então nascente Revolução Industrial, como incluído nessa análise. O trabalho fabril, repetitivo e mecânico, seria igualado a um hábito passivo e não a um hábito ativo. Rotwein argumenta que Hume tem em vistas aqui “*the broader activity designated as the “pursuit of gain”*”. Apesar de Hume não aparecer nesse contexto, Christopher Berry (1997, 144-146) nota que vários autores escoceses se preocupavam com as consequências da alienação pela divisão do trabalho, que se tornava cada vez mais comum no modo de produção nascente. Nas duas citações dos *Discursos* que apresento abaixo, aquela proveniente de “Dos Juros” se refere apenas ao trabalho dos mercadores, mas Rotwein não vê problemas em generalizar a afirmação.
- 5 Como os editores do *Tratado* notam (Norton e Norton, 2007, 846), esse trecho faz referência a um fragmento de Pascal. No entanto, Hume, apesar de reconhecer a incapacidade da mente humana de contentar-se consigo mesma, não vê isso como um problema.

6 A discussão sobre felicidade foi propositadamente omitida no *Tratado*. Hume acreditava que o sistema filosófico exposto era capaz de lidar com o assunto, mas que o estilo do livro não era apropriado (“Tais reflexões requerem uma obra à parte, muito diferente do espírito do presente livro”, (T 3.3.6.6)). A felicidade deveria ser discutida em um estilo mais adequado para despertar as paixões dos leitores e engajá-los na busca por uma vida virtuosa, equivalente a uma vida feliz (Hume iguala as duas expressões em E 168). Por isso foi deixada para os *Ensaios*, além de ter sido brevemente tratada na *Investigação sobre o entendimento humano*. Nessa obra Hume propõe uma composição ideal da vida “mais adequada à espécie humana”: uma mistura de busca pelo conhecimento, sociabilidade, ação (“business and occupation”) e descanso. (EHU 1.6). No segundo volume dos *Ensaios* (1742), os quatro ensaios: “O Epicurista”, “O Estóico”, “O Platonista” e “O Cético”, discutem a questão da felicidade. Cada um apresenta o sentimento de cada uma das quatro “seitas”, isto é, quatro visões sobre a felicidade em torno das quais as pessoas tendem naturalmente a se agrupar; a cada seita Hume deu o nome de uma escola da filosofia helenística cujos princípios se aproximam dos princípios das seitas (E 138, n. 1). Todos os ensaios foram escritos na primeira pessoa do singular e os comentaristas divergem sobre qual (ou se algum) deles representa a visão de Hume. Albieri (1994) coloca Hume como o cético, ainda que partes da posição de Hume também se encontrem nos outros ensaios. Immerwahr (1989), ao comparar os ensaios com o *Tratado*, afirma que Hume não é representado por nenhum deles, talvez apenas pela nota 17 ao ensaio do cético. Rotwein (1955, xcv-xcviii), dando mais atenção à relação entre os ensaios e a economia política de Hume, coloca Hume como o estóico devido à ênfase desse ensaio em uma vida ativa. A perspectiva sobre a felicidade que apresento abaixo, quando consideramos todos os efeitos do luxo, parece incorporar pelo menos de maneira geral os principais pontos levantados na EHU e nos quatro ensaios sobre a felicidade. Essa parece ser também a posição de Rotwein (1955), o único dos comentaristas acima mencionados a considerar o ensaio sobre o refinamento.